

EPISSEMIÓTICA: ENTORNO, CONTORNO E TURNO*

Ana Cristina Fricke Matte/Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de estabelecer alguns princípios, com base na epistemologia que sustenta a teoria semiótica greimasiana, com a finalidade de viabilizar a interdisciplinaridade desta com outras teorias, em qualquer domínio do conhecimento. Não se trata de uma investida exaustiva nas questões epistemológicas de maior importância para a teoria semiótica greimasiana, mas a discussão daqueles pontos que, em nossas abordagens interdisciplinares, mostraram-se de fundamental importância para um bom relacionamento entre as disciplinas implicadas. Assim, procuramos aqui definir questões como: qual a unidade mínima de análise para a semiótica? Como a semiótica vê a relação entre texto e contexto? E qual a relação possível entre o corpo ontológico e o corpo linguageiro?

PALAVRAS-CHAVE: Semiótica. Epistemologia. Unidade de sentido. Texto. Contexto. Corpo.

ABSTRACT: This work aims to establish some principles based on the epistemology that supports the greimasian semiotic theory in order to facilitate its interdisciplinary with other theories in any field of knowledge. This is not an exhaustive approach on epistemological issues of greatest importance to Greimas semiotics, but discussion of those points which, in our interdisciplinary approaches, proved to be crucial for a good relationship between the disciplines involved. Thus, we define here as questions: what is the minimum unit of analysis for the greimasian semiotics? How does semiotics see the relationship between text and context? And what is the possible relationship between the ontological body and the language body?

KEYWORDS: Semiotics. Epistemology. Unit of meaning. Text. Context. Body.

INTRODUÇÃO

Falar em epissemiótica não tem, aqui, a conotação de criar uma nova abordagem ou uma nova teoria, foi apenas uma contração da ideia central deste artigo: queremos discutir alguns pontos da epistemologia da semiótica de linha francesa.

Epistemologia é um conjunto de crenças. Não quaisquer crenças, mas crenças da ciência (GREIMAS; COURTÉS, s/d, p.152-153). Saber e crer são parte de um mesmo universo cognitivo (Cf CRUZ, 2008) e a ciência é, acima de tudo, busca por conhecimento o qual, neste sentido, nada mais é do que um conjunto de saberes. O que o crer tem a ver com isso? Para discutir esse assunto, tomo a liberdade de contar uma breve lenda pessoal.

* Artigo apresentado nos STIS (Seminários Teóricos Interdisciplinares do Semiotec): <<http://www.lingtec.org/stis/>>.

A certeza de que a ciência é uma verdade absoluta é ensinada nas escolas e qualquer estudante atento mais cedo ou mais tarde percebe que esse sentido de absoluto é mais complexo do que parece a princípio. Esse absolutismo parte da premissa de que, se algo não possui uma explicação lógica, é porque esta ainda não foi encontrada. Premissa essa, no entanto, que tem, como consequência, a ideia de que tudo que já foi explicado, explicado está.

Um belo dia, numa aula de biologia, começamos a estudar a estrutura da célula. Achei encantador pensar que os pedacinhos do nosso corpo eram organizados em microestruturas que possuíam uma independência dependente tal como, numa macroescala, somos independentes dependentes na sociedade onde vivemos. A beleza da fábula veio abaixo logo no início da aula, quando a professora resolveu explicar porque as células têm esse nome.

Simples: as primeiras células visualizadas eram células de cortiça, secas e, portanto, sem conteúdo. O que era possível ver sequer fazia diretamente parte da célula, era somente o exoesqueleto de celulose que formava uma câmara, *cell*, daí célula. E por um bom tempo imaginou-se que essas estruturas mínimas do corpo vivo eram apenas celas, ou seja, quartinhos vazios conectados entre si.

A crença no que essa primeira observação da unidade mínima do corpo vivo deixava apreender sobre si foi tanta que o nome da unidade permanece até hoje, mesmo após a descoberta de sua “verdade” de célula morta.

Aprendi naquele dia a então triste lição de que a maravilha da ciência nada mais era do que um conjunto de saberes restritos à época e sujeitos a mudanças pela própria evolução da ciência. Em outras palavras, tudo depende dos princípios que norteiam a abordagem teórica.

Na época da descoberta da célula na celulose, ninguém poderia pensar que é possível trabalhar com a existência de coisas que não se pode ver. Mas hoje estrelas e elétrons são detectados matematicamente, sem mágica nenhuma, sem que sejam visíveis ou que alguém se preocupe com o fato de não serem.

Acreditar que um cálculo possa revelar a existência de um corpo celeste (e até sua composição, temperatura etc.) é uma crença. Mesmo que as evidências que o estudo dos corpos visíveis indiquem que esse procedimento para corpos invisíveis seja válido, indicar não é diferente de levar a crer, ou seja, acreditar ou não acreditar nos paradigmas da ciência, heis a questão.

Assim como a ciência evolui, a epistemologia da ciência também evolui e é objeto de estudos e discussões arraigadas. Filósofos de uma dada linha dizem que o mundo deve ser visto pelo ângulo A, os de outra linha acham isso é absurdo porque é óbvio - para eles - que o mundo deve ser visto pelo ângulo A2 ou B ou C. Enquanto não houver evidências suficientes para derrubar um ponto de vista, ele continua sendo uma hipótese válida. E é importante notar que em alguns campos do conhecimento, especialmente nas ciências humanas, evidências não são provas cabais de coisa alguma e qualquer ponto de vista é passível de discussão se houver argumentos para tal.

Longe de banalizar a ciência, perceber a complexidade dos fatos com as quais ela lida diariamente em todos os campos do conhecimento mostra a imponência dos resultados obtidos, hoje e em toda a história conhecida da ciência. Além disso, é a atenção nas divergências correntes, do ponto de vista epistemológico, a responsável pela possibilidade real de interação entre diferentes metodologias. Ao ignorar divergências epistemológicas, o cientista que entrar numa cruzada interdisciplinar vai, no mínimo, subutilizar pelo menos uma das teorias que deseja integrar.

A semiótica sempre levou muito a sério essa problemática, provavelmente porque, desde o início, foi definida como uma ciência em construção e, portanto, cujos princípios

epistemológicos deveriam estar constantemente em pauta. Vou tentar enumerar aqui os problemas mais gerais e comuns na lida com a linguagem e o texto, os quais, além de ser, certamente, problemas epistemológicos, são essenciais para compreender os limites da relação entre a semiótica e outras ciências.

1 A MENOR UNIDADE DE SENTIDO

Qual a menor unidade de sentido? É extremamente comum a definição da menor unidade de análise para que as diferentes ciências deem início a seus trabalhos práticos. A menor unidade, no entanto, é epistemologicamente definida, ou seja, em última análise trata-se de uma crença.

No exemplo da brevíssima lenda apresentada acima, a célula era a menor unidade viva até que fosse possível descobrir e estudar as unidades menores que a constituem, as quais, mesmo não tendo vida independente, são vivas: núcleo e outros órgãos celulares. O átomo era indivisível até que se descobrissem os elétrons e os prótons e os nêutrons e hoje bem mais que isso.

Mas qual a importância de definir a unidade mínima? É importante porque assim determina-se que, se eu tiver menos do que a unidade mínima, a análise não pode ser da mesma natureza.

Para a semiótica, portanto, é importante definir qual é a unidade mínima da semiose, a produção de sentido. A palavra? O parágrafo? O texto? O contexto?

Percebam que a adoção de cada uma dessas possíveis unidades mínimas muda completamente o significado de “sentido”, bem como muda a teoria que poderia debruçar-se sobre uma dada questão em cada caso.

Se a unidade mínima é a palavra, importam semas, sememas, constituintes de um sentido bastante fragmentado, em drops, em gotas. Quem gosta de trabalhar assim, e com muita propriedade, é a semântica. O sentido da palavra combinada com outras, para a semântica, vai ser uma rede de semas e sememas, uma rede dos elementos que compõem o sentido de cada palavra.

Pode-se começar a entrever a confusão resultante da mistura de uma teoria que trabalhasse o sentido tendo como unidade mínima a palavra com outra que trabalhasse o sentido tendo como unidade mínima o texto. Vale a pena um exemplo concreto: o artigo “semântica” da wikipédia remete ao artigo “semiótica”. No primeiro, temos que a semântica refere-se “ao estudo do significado em todos os sentidos do termo”. Assim, semiótica seria semântica?

Não: a semiótica estuda o texto. Uma palavra pode ser um texto, pense, por exemplo, numa placa de PARE (Figura 1). Trata-se apenas de uma palavra para indicar um sentido específico: obrigatoriedade de parada do veículo que vem em sua direção.



Figura 1: Placa de trânsito que indica obrigatoriedade de parada do veículo.

Precisa-se de mais palavras para que esta placa seja um texto? Não, mas cabe uma observação. A semiótica define texto como *um todo dotado de sentido*. Para a semiótica, diferentemente da semântica que preocupa-se estritamente com fatos da língua, a palavra PARE nesta placa não é o texto, não é o todo. O todo é a placa e, portanto, a cor, a forma, a palavra e o tipo de letra. A cor e a forma são elementos próprios do sistema de sinais de trânsito – um sistema genuinamente linguageiro –, portanto ninguém vai pensar que aqui vermelho seja sedução, sentido que o vermelho costuma agregar, por exemplo, a um vestido. O tipo de letra escolhido e a caixa alta também fazem parte desse sistema. Sendo assim, para a semiótica o efeito de sentido provocado pelo conjunto dos elementos da placa não é estrito, de forma alguma, ao sentido semântico da palavra “pare”.

Outra observação nesse sentido se faz importante. Vamos pensar num exemplo genérico, estilo novela da Globo: “O mocinho gosta da mocinha e não pode ficar com a mocinha porque a outra, a malvada, divulga uma mentira que os afasta. No final, no entanto, o mocinho descobre tudo e casa com a mocinha”.

O que aconteceria se, no fim, o mocinho casasse com a malvada e matasse a mocinha por causa da mentira da malvada e os dois vivessem felizes para sempre? Independentemente da decepção provável do público, sua reação seria uma releitura de toda a história, revendo suas próprias conclusões sobre o texto enquanto ainda inacabado. Sua opinião, por exemplo, sobre o mocinho mudaria completamente (de bondoso e bem quisto a possivelmente estúpido, malvado ou desprezível, a depender da novela).

Teríamos um sentido e depois outro para a mesma novela? Não, o que acontece é que somente a leitura do texto como um todo pode mostrar a significância total desse texto. As novelas exploram o prazer das pessoas em antecipar o final, mas sem lhes retirar o gosto de uma ou outra surpresa. Muitas pessoas assistem raros capítulos, mas não perdem o final da novela, apenas para confirmar suas suspeitas.

Quanto mais artístico o texto, menos previsível, mas todo gênero textual longo trabalho com o jogo entre o previsível e o imprevisível para promover a completude. Só a leitura do todo, portanto, garante a compreensão completa.

Assim, podemos concluir que, para um semioticista greimasiano, a menor unidade de sentido é o texto e o texto, por sua vez, é um todo dotado de sentido. Independe de unidades relacionadas a linguagens determinadas (formas visuais ou musicais, palavras, frases etc.) e

independe de tamanho. O sentido completo só pode ser apreendido no todo, a parte sempre vai ser, no máximo, um outro todo dotado de um outro sentido.

Isso não impede que sua análise seja feita em partes: podemos trabalhar certas análises frase a frase, ou capítulo por capítulo, mas qualquer conclusão dessas análises a respeito do texto só poderá ser obtida pela relação entre as partes formando um todo.

2 TEXTO E CONTEXTO

Sabendo o que é texto, nos deparamos com outro problema epistemológico: o que é contexto? Gosto muito da visão da Julia Kristeva (2002), autora francesa com trabalhos em semiótica greimasiana. Ela, com outras palavras, diz que o contexto é uma armadilha para o analista, pois o contexto sempre pode ser maior e maior e maior. O contexto sempre pode ser ampliado, ad infinitum, e sempre vamos, nessa ampliação, encontrar novos sentidos e novas conexões. Assim, uma análise exaustiva do contexto é impossível.

O sentido do texto está sujeito ao contexto? Sem dúvidas. Mas como vamos abordar isso numa análise semiótica? A dúvida não é desprovida de fundamento: para a semiótica, o sentido está no texto, então é fácil deduzir que o contexto esteja fora de suas preocupações. Felizmente, não é o caso.

Já que estamos falando em epistemologia, vale a pena dar um passo atrás. Acima, ao falar do que seria texto para a semiótica, foi comentado que a parte é sempre um outro todo dotado de um outro sentido. Ou seja, o sentido da parte não é o sentido do todo. Como ter certeza que um excerto é um texto e não uma parte?

Vamos pensar naquela placa da ilustração 1. O texto é essa imagem vermelha e branca? E onde fica o poste sem o qual a placa não permanece no lugar? E onde entra a esquina onde a placa está posicionada? E o galho da árvore que atrapalha a visão da placa? E o céu atrás da placa? E o tipo de bairro? Como bem disse Kristeva, as perguntas nos levam a uma rede sem fim de relações entre as coisas que significam.

Se eu assumir que estou caindo na armadilha de aumentar o contexto ad infinitum, quais as crenças em jogo? Eu devo acreditar que o texto é, no máximo, a placa. Alguém que admita que o texto é verbal, exclusivamente verbal, como fazem a enorme maioria das teorias de análise do discurso, vai considerar até o vermelho da placa como um contexto.

O comentário da Julia Kristeva é adequado à semiótica porque considera que, no fim das contas, tudo é texto, inclusive aquilo que chamamos de contexto. O mundo não é discreto, o mundo é contínuo, é a compreensão humana que setorializa a percepção do mundo para administrar a apreensão do sentido, portanto o limite do texto não é dado a priori, é culturalmente determinado.

Quem define o tamanho de um texto? O leitor, o analista, o momento, a necessidade. Se eu disser que um texto é iniciado por um espaço em branco no papel e terminado por outro espaço em branco:

- primeiro, vou ter que admitir que o texto não pode estar na tela, tem que estar no papel pra ser texto;
- segundo, vou ter que definir o tamanho do espaço em branco, pois até o espaço entre uma

letra e outra pode ser considerado espaço em branco;

- preciso assumir que nenhum impresso é feito em papel que não seja branco...

Se alguém diz que vai estudar um conto, deveria se perguntar o que é o conto? Normalmente não pergunta, pois toma o conceito como dado. Somente quando as perguntas de pesquisa baseiam-se em uma teoria que se preocupa em discutir esses problemas epistemológicos é que tal questão torna-se relevante. Por isso já dizia Saussure (2008): quem cria o objeto é a teoria.

A consciência desses limites, que parecem absurdos, é muito importante quando estamos lidando com o estudo do sentido, que é de natureza extremamente complexa e pode ser afetado por todos esses fatores e muitos mais. Existem fatos linguageiros que não são do âmbito da língua: para a semiótica, a língua é apenas um dentre muitos sistemas de produção de sentido, ou seja, a semiótica verbal é apenas uma dentre muitas semióticas.

Ao observar a placa e perguntar-se se o poste, a árvore, a esquina fazem parte do texto, estamos perguntado, na verdade, qual o texto que decidimos analisar.

Dito de outra forma, o contexto só é passível de análise pela semiótica se for tomado como um texto em relação ao texto em foco. E para isso, Kristeva que o diga, é preciso fazer um recorte antes, definir onde começa e onde termina o texto-contexto que se vai analisar.

Podemos concluir, portanto, que texto é aquilo que alguém define como objeto significante. É culturalmente dependente, pois não é possível ser texto se não tiver sentido no conjunto de linguagens de uma dada sociedade. E jamais é dado a priori, portanto a pergunta “o que o texto quis dizer de verdade” é totalmente irrelevante e mesmo inadequada no quadro da teoria semiótica.

3 O MUNDO ONTOLÓGICO E O CORPO LINGUAGEIRO

Uma frase de Greimas, citada por praticamente todo semioticista que o segue, é alvo de muitas críticas e vou assinar embaixo dela agora, com toda convicção:

Fora do texto, não há salvação.

Uma importante premissa epistemológica para a semiótica (dentre outras ciências) é a de que o sentido advém da linguagem, ou seja, todo e qualquer acesso possível ao mundo ontológico é feito por intermédio da linguagem humana, não temos acesso direto a nada no mundo. E o mundo ontológico é o mundo fora da linguagem, o mundo “natural”, regido pelas leis da natureza.

É difícil digerir essa premissa, pois estamos acostumados com conceitos de verdades absolutas e realidades concretas; no entanto, a concretude também depende da percepção, que é mediada, assim como a verdade, sempre relativa. Podemos dizer, no limite, que, para a semiótica o mundo ontológico não existe, pelo menos não como nós o percebemos. Os fundamentos dessa premissa teórica são as reflexões da fenomenologia de Merleau-Ponty (1964).

O texto deste filósofo que citamos aqui traz uma interessante reflexão: a percepção é direta ou é mediada? Esqueçamos, por um momento, a questão da linguagem. Percepção pode ser efeito dos nossos sentidos (biologicamente falando), de acordo? Sendo assim, o que vejo é resultado da minha visão, o que ouço da minha audição e assim por diante. Muitas coisas são percebidas como efeito de um conjunto de sentidos diferentes. É bem curioso que essas palavras remetam tanto à semiótica: efeito, sentido... mas estou falando do fenômeno físico, que é aquilo que vejo, aquilo que escuto, aquilo que tato, aquilo que farejo, aquilo que saboreio. O corpo produz efeitos de sentido? A maioria das pessoas diria que é absurdo não aceitar que o visível, o audível, enfim, o perceptível é o que me dá garantia de realidade. Mas como semioticista, vale a pena duvidar.

Se alguém presencia um crime, ter visto o crime torna o crime real?



Figura 2: <http://www.jornaltribunadaregio.com.br/index.php?page=noticia&codigo_noticia=2103>

Esta foto da ilustração 2, retirada de uma busca no Google Imagens por “assassinato cena”, mostra um crime? Se eu visse isso de relance, sem contexto, sem saber o que estava acontecendo, ou seja, sem outras informações além da foto que se transforma em meu texto, eu posso afirmar que houve um crime? Só se eu for muito ingênua. Isso poderia ser um crime, como poderia ser uma cena de seriado, foto de uma peça de teatro, brincadeira ou mesmo, como anuncia a notícia da qual a foto foi retirada, uma farsa para enganar a suposta mandante do crime não realizado (o título da notícia: “Vítima” e ex-presidiário encenam morte para enganar mandante do crime”). O que foi mesmo que eu vi? Eu vi essa cena da foto, isso é fato, o resto é pura interpretação. Mas, dirá você, a notícia diz que é uma farsa, com catchup e faca debaixo do braço. Bom, não seria a primeira vez que um fato real é anunciado como farsa, então tudo que posso fazer é acreditar na veracidade da notícia. Ou não.

O cachorro late: eu ouço o latido e sei que o que está acontecendo? Não, eu apenas posso fazer diversas inferências sobre o fato e tirar conclusões que são somente interpretações daquilo que me afetou (o som do latido) por meio do meu sentido de audição e que teve, após essa mediação interpretativa, um dado efeito de sentido. Pode ser muito improvável que alguém tenha gravado o latido do meu cachorro, matado o meu cachorro e colocado o gravador de ótima qualidade para reproduzir o som e me enganar – pelo bem do meu cachorro, que a essa altura você já imagina que exista, espero que não! É improvável, mas não é impossível. A isso chamamos verossimilhança: quanto maior a probabilidade de ocorrer, maior a verossimilhança do relato.

Para a maioria dos fatos quotidianos nosso conhecimento de mundo é suficiente para nossa compreensão dos fatos alcançar uma aproximação suficientemente grande do acontecimento ontológico, mas ainda assim é uma interpretação.

O corpo que sente é, para o sujeito, o corpo do sujeito que sente, o mundo onde está esse corpo só chega a esse sujeito por meio deste corpo.

FINALIZANDO

Gostaria de terminar minhas reflexões com uma espécie de provocação, buscando uma referência de outro campo do conhecimento.

Um estudo sobre visão publicado na Nature (Schwarzkopf, Song & Rees, 2011) mostra que, dependendo do tamanho do olho, da distância do fundo, da densidade do líquido e, principalmente, do ângulo que a retina faz com o cristalino, cada pessoa vê diferentemente distâncias, tamanhos e, conseqüentemente, formas.

Outro estudo sobre visão, publicado na Revista Pesquisa Fapesp, aborda a questão do atraso visual que justifica frequentes erros de avaliação de posicionamento relativo e afeta, dentre outras coisas, decisões de bandeirinhas sobre impedimentos em jogos de futebol (Bicudo, 2005).

Esses estudos, portanto, reforçam as premissas defendidas até aqui.

De modo algum a semiótica precisa das crenças da biologia para ter certeza das suas, mas, em geral, é mais fácil convencer as pessoas das premissas epistemológicas de ciências exatas e biológicas do que das premissas da área de humanas.

O que eu poderia dizer, com um sorriso largo no rosto, é que a biologia provou recentemente o que a semiótica e outras ciências humanas dizem há muitas e muitas décadas.

Provou?

Bem, provas são assunto pra outra longa discussão epistemológica.

O que o coração sente, os olhos não veem.

REFERÊNCIAS

BICUDO, Francisco. *Golpe de vista. Equações simples explicam a localização de objetos que parecem surgir do nada*. Pesquisa FAPESP, Edição Impressa 111 - Maio 2005. <<http://revistapesquisa2.fapesp.br/?art=34&bd=1&pg=1&lg=>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

CRUZ, Dilson F. *Algumas considerações sobre o crer e o saber*. Revista Estudos Semióticos, vol.4, 2008. URL Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/semiótica/es/eSSe4/2008-eSSe%5B4%5D-D.F.daCRUZ.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2011.

GREIMAS, A. & COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, s/data, p. 152-153.

KRISTEVA, Julia. *The portable Kristeva*. Columbia University Press, 2002.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *L'entrelacs – le chiasme*. In: *Le visible et le invisible*. Gallimard: Paris, 1964. p. 173-204.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Editora Cultrix, 2008.

SCHWARZKOPF, D Samuel; SONG, Cheng; REES, Geraint. *The surface area of human V1 predicts the subjective experience of object size*. In: *Nature Neuroscience* 14, 28–30, 2011. Disponível em: <<http://www.nature.com/neuro/journal/v14/n1/abs/nn.2706.html>>. Acesso em: 12 abr. 2012.